

RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício

Nome:	Data da Posse:
Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão	
Nome:	Data da Posse:
A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG?	Não

1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do FMS	Tipo Lei - 2491
CNPJ	11.211.126/0001-21 - Fundo de Saúde
Data	30/07/1992
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde?	Sim
Gestor do FMS	DJAIR CLAUDIO FRANCISCO
Cargo do Gestor do FMS	Secretário de Saúde

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CMS	Tipo Lei - 2418
Nome do Presidente do CMS	JOSE DOMINGOS DE ALMEIDA
Data	27/08/1991
Segmento	usuário
Data da última eleição do Conselho	10/12/2015
Telefone	1935223600
E-mail	conselho@saude-rioclaro.org.br

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde	05/2015
-------------------------------------	---------

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria tem Plano de Saúde?	Sim
A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017?	Sim
Situação	Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde	Resolução nº 5 Em 24/03/2014

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

plano municipal de saude 2014 2017.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2016?	Sim
Situação	Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde	Resolução nº 1 Em 15/09/2015

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PAS 2016.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017?	Sim
--	-----

ARQUIVOS ANEXOS

Documento
PAS 2017.docx

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

- | | |
|---|-----|
| O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? | Sim |
| O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? | |

1.7 Informações sobre Regionalização

- | | |
|--|----------------|
| O município pertence à Região de Saúde: | Rio Claro |
| O município participa de algum consórcio? | Não |
| O município está organizado em regiões intramunicipal? | Sim Quantas? 6 |

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

O município de Rio Claro é referência de média e alta complexidade para a regional, onde abrange seis município de acordo com o Departamento de Regional de Saúde X de Piracicaba, de acordo com a CIR, Colegiado Intergentores Regional. Estamos viabilizando estratégias técnicas a fim de suprir a demanda da região como um todo, fazendo valer a Lei 8.080, onde temos que atender o usuário de maneira integral dentro de sua universalidade.

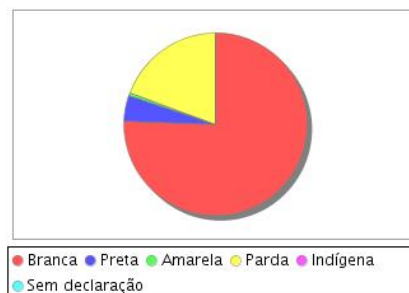
2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2016

201.473

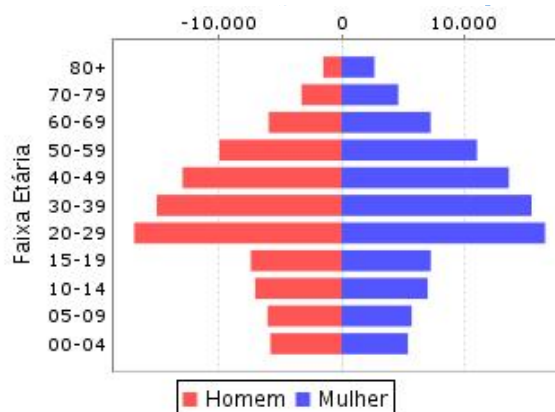
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	188.977	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	140.579	77,32%
Preta	8.582	4,26%
Amarela	979	0,49%
Parda	35.933	17,84%
Indígena	180	0,09%
Sem declaração	0	0,00%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	5.805	5.423	11.228
05-09	6.039	5.724	11.763
10-14	7.062	7.042	14.104
15-19	7.410	7.291	14.701
20-29	16.932	16.625	33.557
30-39	15.090	15.523	30.613
40-49	12.986	13.665	26.651
50-59	9.985	11.065	21.050
60-69	5.948	7.277	13.225
70-79	3.267	4.633	7.900
80+	1.491	2.694	4.185
Total	92.015	96.962	188.977



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

De acordo com os dados demográficos da Pirâmide Populacional, foi evidenciado um déficit de munícipes com idade inferior à 20 anos, e um aumento significativo à partir desta idade, sendo que na idade de 20 à 29 anos temos o maior montante populacional de 17.75%, seguido pela faixa etária de 30 à 39 anos o índice de 16.19% da população. A característica do crescimento populacional acima dos 60 anos é uma característica nacional, caracterizado pelo acesso a saúde em sua prevenção, promoção e reabilitação.

A classe economicamente produtiva, caracterizada pela faixa etária dos 20 aos 59 anos, apresenta um montante de 112.321 munícipes totalizando 59.43% da população em questão.

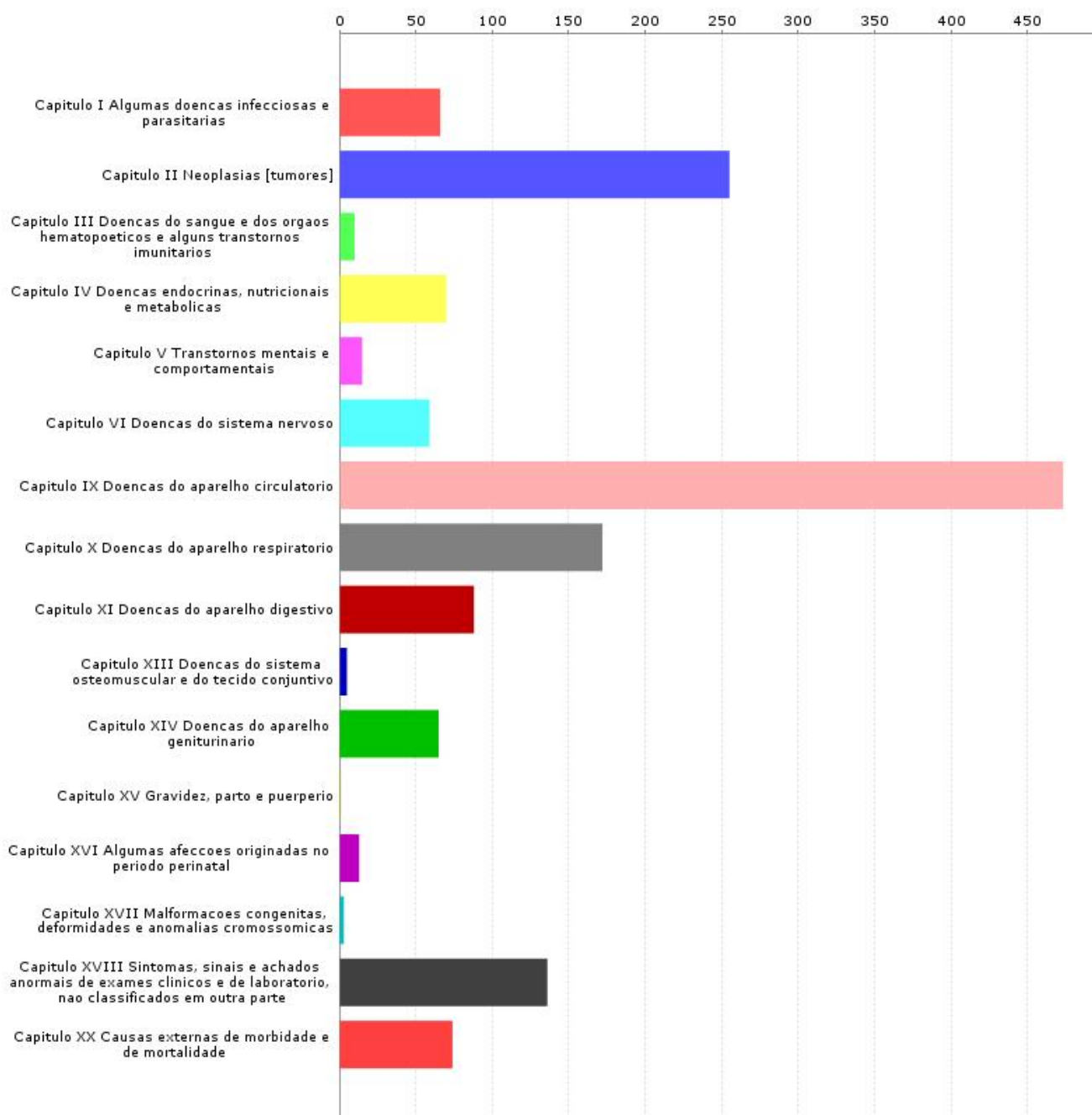
2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2015)

Última atualização: 30/03/2017 10:32:03

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	1	0	1	1	3	8	10	15	6	11
Capítulo II Neoplasias [tumores]	1	2	0	0	0	7	6	13	42	63	64
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	1	0	3	8	16	13
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	3	4	4	1	1
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	0	1	0	0	0	4	1	5	3	9
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	2	4	20	41	94	115
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	0	2	0	0	1	1	0	4	14	18	39
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	4	10	15	20	25
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0	0	1	0	5	6	10
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo XVIII Síntomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	1	0	1	2	6	14	14	19	25
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	0	0	2	1	4	17	15	9	11	5	4

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Total	18	5	4	2	7	33	53	89	175	252	320

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9	0	66
Capítulo II Neoplasias [tumores]	57	0	255
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	5	0	10
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	29	0	70
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	2	0	15
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	36	0	59
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	197	0	473
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	92	1	172
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	14	0	88
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	2	0	5
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	43	0	65
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	1
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	13
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	0	3
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	54	0	136
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	6	0	74
Total	546	1	1.505



Análise e considerações sobre Mortalidade

Os dados evidenciados no estudo indica a realidade nacional vigente relacionada às causas de óbitos, onde as doenças do aparelho circulatório é a causa que mais ceifam vidas (473 óbitos - 31.42%); a segunda causa de óbito apontada pelo estudo é a neoplasia (255 - 18.94%); seguindo da terceira causa que ficou evidenciada pelas Doenças do aparelho respiratório (172 - 11.42%).

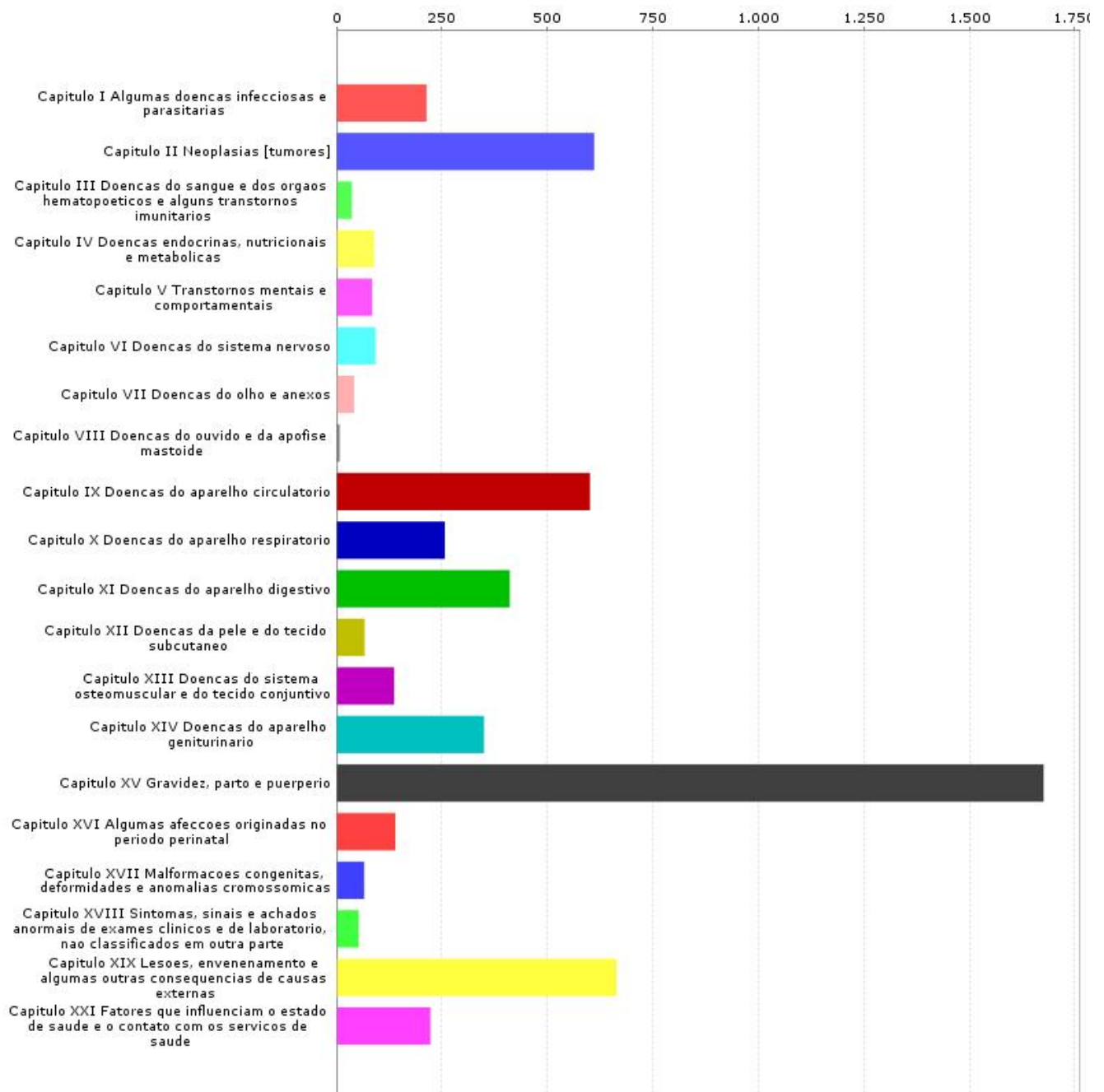
As causas de óbito por faixa etária, de acordo com esse estudo, ficou o evidenciado que dos 20 - 39 anos a causa de óbito de maior magnitude foram as causas externas, ou seja, também uma realidade nacional, onde o trauma, caracterizado por causa externa é a maior incidência (32 - 37.20%); seguindo pela faixa etária de 40 aos 49 anos onde a causa foram as doenças do aparelho circulatorio (20 - 22.47%); dos 50 aos 59 anos a prevalência da causa de óbito foram caracterizada por Neoplasias (45 - 24%) e na faixa etária dos 60 aos 80 anos a causa de óbito foi caracterizada pelas doenças do aparelho circulatório (408 - 36.31%).

Nos óbitos dos menores de um ano, foi apontada como causa as afecções originadas no período perinatal (13 - 72.22%). O comitê materno - infantil realizará propostas a serem efetivadas a fim de minimizar a causa de óbito em questão, salientando ainda que no SISFACTO 2017 a questão também foi levantada.

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan a Dez - 2016)

null

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	26	6	3	7	8	14	12	20	27	35	37	19	214
Capítulo II Neoplasias [tumores]	1	26	16	20	13	7	31	72	163	143	77	42	611
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	2	3	4	1	0	1	5	3	7	4	5	2	37
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	3	1	1	5	1	8	17	14	13	17	6	4	90
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	6	18	23	22	14	2	0	0	85
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	4	4	4	6	7	16	11	12	15	9	3	2	93
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	1	1	0	0	1	1	1	4	8	10	5	10	42
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	5	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	8
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	2	1	5	5	12	29	53	145	171	125	53	601
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	41	33	17	6	9	14	11	25	30	29	23	19	257
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	12	17	17	24	19	43	42	62	73	41	39	22	411
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	7	7	3	4	3	5	5	7	15	7	1	67
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	2	4	5	17	28	18	31	22	9	1	137
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	3	3	23	8	25	43	47	55	55	55	21	12	350
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	1	22	352	885	377	39	0	0	0	0	1.676
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	132	0	0	0	0	6	1	1	0	0	0	0	140
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	31	13	3	5	6	1	1	2	2	1	1	0	66
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	2	1	2	1	3	4	9	12	7	10	1	1	53
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	4	10	17	7	70	141	102	90	92	56	35	40	664
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	0	2	7	3	3	51	91	42	13	9	2	0	223
Total	265	134	125	127	538	1.286	844	551	702	629	396	228	5.825



Análise e considerações sobre Mortalidade

A faixa etária de maior incidência de intimação foi na faixa etária dos 20 aos 29 anos, sendo que do total das intimações realizadas neste município, 22,07% é pertinente desta faixa etária, mas a causa maior é referente à Gravidez, Parto e puerpério (885 - 68,81%).

E a maior causa de intimação referente à toda população, também é relacionada à Gravidez, Parto e Puerpério (1.676 - 28,77%); a segunda maior causa de intimações é por motivo de Neoplasias (611 - 10,48%) sendo de maior incidência na idade de 50 - 59 anos, e finalizando a causa de intimação referente ao aparelho circulatório foi de 601 sendo então 10,31% do montante das intimações.

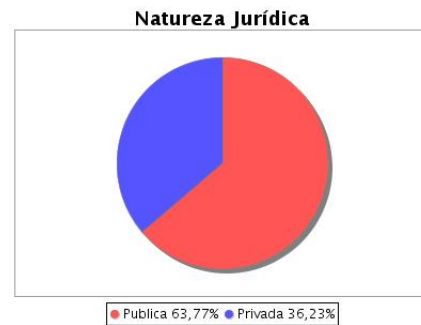
3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	19	19	0	0
POLICLINICA	1	1	0	0
CONSULTORIO ISOLADO	3	3	0	0
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	2	2	0	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	16	15	1	0
FARMACIA	1	1	0	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	12	12	0	0
HOSPITAL GERAL	2	2	0	0
HOSPITAL ESPECIALIZADO	1	0	1	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	3	3	0	0
CENTRAL DE REGULACAO DE SERVICOS DE SAUDE	1	1	0	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	3	3	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	3	3	0	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	1	1	0	0
Total	68	66	2	0



3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
ESTADUAL	8	4	4	0
MUNICIPAL	80	80	0	0
PRIVADA	50	48	2	0
Total	138	132	6	0



Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

A estrutura física da rede de saúde municipal possui 68 estabelecimentos de saúde, onde 66 tem gestão municipal (95,85%) e 03 de gestão estadual e nenhuma federal.

A rede de Atenção Básica é estruturada por:

- 04 Unidades Básicas de Saúde - UBS;
- 13 Unidades de Estratégia de Saúde da família - ESF,
- 01 equipe de Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF.

A Rede de Atenção às Especialidades é composta por:

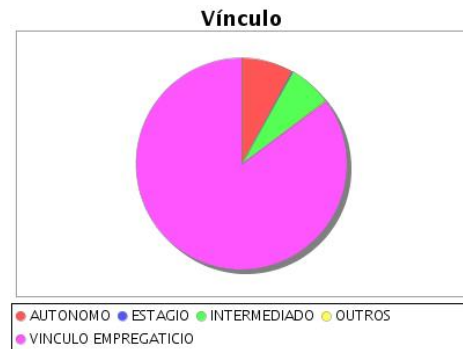
- Centro de Especialidade e Apoio e Diagnóstico- CEAD;
- Centro de Especialidade Odontológica - CEO;
- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST;
- Serviço Especializado de Prevenção e Assistência - DST/AIDS/Hepatites - SEPA;
- Centro de Referência à Criança e Adolescente - CRIARI;
- Serviço de Saúde Mental - SESM;
- Centro de Habilitação Infantil - CHI;
- Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III / CAPS AD / CAPS i;
- Ambulatório Médico de Especialidades - AME Rio Claro, com a gestão realizada pelo estado de SP;

A Rede das Urgências e Emergência municipal conta com:

- UPA Horas;
- Pronto Atendimento do Chervezon;
- Pronto Socorro Municipal integrado - PSMI;
- SAMU Regional Rio Claro;

A assistência hospitalar é realizada sob contratualização e convênio pelo SUS com a Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
PESSOA FISICA	179
PESSOA JURIDICA	2
SEM INTERMEDIACAO(RPA)	2
SEM TIPO	1
TOTAL	184
ESTAGIO	
TIPO	TOTAL
ESTAGIARIO	4
TOTAL	4
INTERMEDIADO	
TIPO	TOTAL
CELETISTA	151
TOTAL	151
OUTROS	
TIPO	TOTAL
CONTRATO VERBAL/INFORMAL	2
PROPRIETARIO	2
TOTAL	4
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSONADO	2
CELETISTA	829
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	22
EMPREGO PUBLICO	233
ESTATUTARIO	865
SEM TIPO	7
TOTAL	1958



Análise e Considerações Profissionais SUS

Os colaboradores com vínculo empregatício correspondem à 82,49% dos profissionais.

As Leis Complementares 93/2014 e 94/2014 dispõe sobre a Estrutura e Plano de Cargos, Carreira e vencimentos da Fundação Municipal de saúde de Rio Claro, sendo regulamentada em 2015.

5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

Diretriz. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo Nacional: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
1	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	75,00		%
2	PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS	7,00		%

Diretriz. Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança,adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
3	PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE	47,00		%
4	PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)	13,50		%
5	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,50		RAZÃO
6	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,30		RAZÃO
7	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	25,00		%
8	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)	1,85		/100.000

Objetivo Nacional: Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
10	PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS	100,00		%
11	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	86,00		%

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
9	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	10,10		/1000

Diretriz. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo Nacional: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
12	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	7,00		N.Absoluto
13	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	330,00		/100.000
14	PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	75,00		%
15	PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL	85,00		%
16	PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	90,00		%
17	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	95,00		%
18	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS.	460,00		N.Absoluto
19	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	0,00		N.Absoluto
20	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	90,00		%
21	PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE	95,00		%
23	NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE	3,00		N.Absoluto
24	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	172.094,00		N.Absoluto

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
25	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	70,00		%

Objetivo Nacional: Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
26	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	100,00		%

Diretriz. Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

Objetivo Nacional: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
27	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS	80,00		%

Diretriz. Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Objetivo Nacional: Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
28	PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AO CONSELHO DE SAÚDE	1,00		N.Absoluto

Diretriz. Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

Objetivo Nacional: Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
29	PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE			N.Absoluto

Garantia do acesso da população aos serviços com qualidade, equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica.

Fortalecer a qualificação da Atenção Básica - AB.

Aprimorar o acesso da Assistência de Média Complexidade - MAC.

Aprimoramento da Rede de Atenção às Urgências, com expansão e adequação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA, de serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

Aprimorar a Rede de Urgência e Emergência - RUE.

Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da Rede Cegonha.

Fortalecer e ampliar as ações de prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno de Câncer de Mama e de Colo de Útero.

Qualificar a Rede de Atenção Infantil e Materna para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.

Aprimorar a atenção integral à saúde do idoso, estimulando o envelhecimento ativo e saudável, fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Organizar a rede de atenção e estratégia de gestão do cuidado ao idoso.

Fortalecer a rede de Saúde Mental, com ênfase no tratamento e prevenção da dependência do Crack e outras drogas.

Ampliar o acesso à Atenção Psicossocial e apoiar articulações intersetoriais.

Desenvolver ações de educação permanente para o acompanhamento de pessoas com o uso prejudicial de drogas.

Implementar a atenção à Pessoa com Deficiência.

Assegurar a integralidade da atenção às pessoas com deficiência na rede municipal de saúde.

Garantir a Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS.

Aperfeiçoar a Assistência Farmacêutica.

Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.

Aperfeiçoar a vigilância em Saúde Ambiental.

Fortalecer a Gestão Municipal do SUS.

Cumprir as responsabilidades do Gestor do SUS, no âmbito municipal, conforme Lei Complementar 141/2012.

Aprimorara o sistema municipal de informações em saúde.

Implementar a regulação, contratação, controle, avaliação e auditoria.

Implementar a política de Humanização e de educação Permanente.

Aprimorar a Gestão do Trabalho e aprimorar a Educação em Saúde, para valorizar e qualificar os profissionais do SUS.

Fortalecer a gestão de RH na Fundação Municipal de Saúde - FMSRC.

Articular e integrar os processos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos à Política de Educação Permanente, no âmbito da gestão municipal.

Fortalecer a participação da comunicação e do controle social.

Fortalecer os vínculos do Conselho Municipal de Saúde com o SUS.

Aperfeiçoar o sistema de Ouvidoria no SUS.

5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

Valor R\$ 185.761.784,00

Valor R\$ 169.405.391,00

Análise e Considerações

A Gestão Municipal tem a prioridade de cumprir a legislação vigente relacionada ao SUS, onde a cada ano fica evidente que a aplicação em saúde é crescente, para que possamos atingir o atendimento aos usuários de acordo com as diretrizes do SUS - Lei 8.080.

no ano de 2016 foram realizadas em cinco unidades de saúde, obras de ampliação, adaptação e reforma, dentro disso o investimento foi de R\$ 806.780,00, as unidades beneficiadas foram:

- UPA 24 Horas do Chervezon;
- ESF Assistencia;
- ESF Ajapi;
- ESF Boa Vista;
- CAPS III.

Salientamos ainda que, os programas de saúde realizados neste município está totalmente integrado às Redes Regionais de Atenção à Saúde - RRAS 14.

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 30/03/2017 10:25:55

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	2.986.587,35	0,00	0,00	19.495,75	292.312,14	3.298.395,24	3.011.700,00	2.865.401,38	2.649.903,44	2.649.903,44	3.107.000,00	722.091,71	311.175,30	237.575,39
Atenção Básica	8.778.214,00	992.285,50	0,00	143.473,34	20.085.986,63	29.999.959,47	41.451.688,84	40.366.515,37	39.550.072,50	31.278.120,62	32.650.500,00	2.908.476,97	2.925.996,88	-1260641,24
Vigilância em Saúde	1.665.571,65	282.600,00	0,00	784.857,62	3.699.117,95	6.432.147,22	2.505.600,00	2.372.072,98	2.315.538,34	1.398.025,47	2.289.000,00	1.543.403,00	972.309,96	4.463.028,71
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	32.462.871,33	40.000,00	0,00	233.749,55	56.922.397,89	89.659.018,77	100.884.283,50	100.728.638,78	95.484.602,76	80.627.638,23	81.437.900,00	10.770.316,08	2.279.268,73	540.333,19
Assistência Farmacêutica	1.210.170,15	243.676,03	0,00	72.609,69	4.586.812,17	6.113.268,04	6.171.663,32	5.252.831,92	4.689.365,14	3.813.726,55	6.999.000,00	1.114.235,04	477.754,18	1.663.060,63
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	454.999,00	0,00	0,00	94.760,13	2.618.700,74	3.168.459,87	1.304.820,31	806.760,26	767.457,15	758.148,57	1.184.000,00	2.057.063,30	535.949,37	889.197,37
Gestão do SUS	20.000,00	1.109,32	0,00	113.935,04	20.481.423,59	20.616.467,95	23.188.821,86	21.047.130,68	16.941.231,88	15.001.952,26	29.482.800,00	5.138.100,57	2.516.038,77	2.992.453,89
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Núcleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEO- Centro Espec. Odontológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	992.285,50	0,00	143.473,34	20.085.986,63	29.999.959,47	41.451.688,84	40.366.515,37	39.550.072,50	31.278.120,62	32.650.500,00	2.908.476,97	2.925.996,88	-1260641,24
Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	8.778.214,00	992.285,50	0,00	143.473,34	20.085.986,63	29.999.959,47	41.451.688,84	40.366.515,37	39.550.072,50	31.278.120,62	32.650.500,00	2.908.476,97	2.925.996,88	-1260641,24
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Especificidades Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	29.476.283,98	40.000,00	0,00	214.253,80	56.630.085,75	86.360.623,53	97.872.583,50	97.863.237,40	92.834.699,32	77.977.734,79	78.330.900,00	10.048.224,37	1.968.093,43	302.757,80
Teto financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CNRAC - Centro Nacional Regulação de Alta Complex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC	2.986.587,35	0,00	0,00	19.495,75	292.312,14	3.298.395,24	3.011.700,00	2.865.401,38	2.649.903,44	2.649.903,44	3.107.000,00	722.091,71	311.175,30	237.575,39
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terapia Renal Substitutiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Cornea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Rim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Fígado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Pulmão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Coração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	1.665.571,65	282.600,00	0,00	784.857,62	3.699.117,95	6.432.147,22	2.505.600,00	2.372.072,98	2.315.538,34	1.398.025,47	2.289.000,00	1.543.403,00	972.309,96	4.463.028,71

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 30/03/2017 10:25:55

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	1.210.170,15	243.676,03	0,00	72.609,69	4.586.812,17	6.113.268,04	6.171.663,32	5.252.831,92	4.689.365,14	3.813.726,55	6.999.000,00	1.114.235,04	477.754,18	1.663.060,63
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

De acordo com a análise dos dados evidenciados acima, foi observado que a utilização dos recursos próprios municipais está dividido em categorias com os seguintes valores, onde foi repassado pela prefeitura para a FMSRC no ano de 2016 o valor de R\$ 109.601.355,00:

- Atenção Básica: 18,32% (R\$ 20.085.986,63).
- Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar: 51,93% (R\$ 56.922.397,89).
- Vigilância em saúde: 03,37% (R\$ 3.699.117,95).
- Assistência Farmacêutica: 04,18% (R\$ 4.586.812,17).
- Gestão: 18,88% (R\$ 20.481.423,59).
- Investimentos: 02,38% (R\$ 2.618.700,74).

A aplicação financeira da gestão municipal para a saúde foi de 26,74% no ano analisado, 2016.

O índice de produtividade da Rede de Atenção Básica Municipal, ficou em:

- 2016 - 557.720 procedimentos (-14,06% comparado ao ano de 2015)
- 2015 - 649.029 procedimentos (+01,46% comparado ao ano de 2014)
- 2014 - 639.678 procedimentos.

O índice de produtividade dos exames contratados, para complementar a oferta da pactuação do SUS, ficou em:

- 2016 - 4.880 procedimentos (-05,80% comparado ao ano de 2015)
- 2015 - 5.181 procedimentos (+00,78% comparado ao ano de 2014)
- 2014 - 5.141 procedimentos.

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:
30/03/2017 10:
17:28

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	24,06%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	69,32%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	10,92%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	95,14%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	32,85%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	69,42%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$857,25
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	59,21%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	3,95%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	26,52%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,47%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	27,14%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	26,75%

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

No ano de 2016 de acordo com a LC 141/2012, a receita própria municipal para aplicação financeira na saúde foi de:

- 2016 - 26,75%
- 2015 - 25,94%
- 2014 - 25,32%
- 2013 - 22,64%
- 2012 - 20,93%
- 2011 - 18,13%

As despesas per capita com saúde houve um aumento relacionado aos anos anteriores:

- 2016 - R\$ 857,25.
- 2015 - R\$ 816,20.
- 2014 - R\$ 766,93.
- 2013 - R\$ 660,88.
- 2012 - R\$ 604,96.

De acordo com o demonstrativo acima, observou-se que houve um aumento com a despesa de saúde de 4,78% em relação ao ano de 2015.

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	137.436.000,00	148.874.723,92	145.403.299,76	97,66
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	54.500.000,00	55.753.110,46	55.753.110,46	100,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	7.500.000,00	7.427.807,75	7.427.807,75	100,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	47.300.000,00	47.626.026,82	44.482.263,78	93,39
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	20.400.000,00	28.045.972,63	28.045.972,63	100,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	206.000,00	311.025,24	311.025,24	100,00
Dívida Ativa dos Impostos	5.929.000,00	8.109.781,02	8.085.010,31	99,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.601.000,00	1.601.000,00	1.298.109,59	81,08
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	288.700.000,00	273.837.408,03	274.083.729,72	100,09
Cota-Parte FPM	60.600.000,00	58.881.859,61	58.881.859,61	100,00
Cota-Parte ITR	200.000,00	461.887,91	461.887,91	100,00
Cota-Parte IPVA	34.000.000,00	36.703.750,94	37.003.577,11	100,81
Cota-Parte ICMS	191.000.000,00	175.676.576,29	175.676.576,29	100,00
Cota-Parte IPI-Exportação	2.000.000,00	1.213.333,28	1.202.135,04	99,07
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	900.000,00	900.000,00	857.693,76	95,29
Desoneração ICMS (LC 87/96)	900.000,00	900.000,00	857.693,76	95,29
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	426.136.000,00	422.712.131,95	419.487.029,48	99,24

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	43.545.200,00	47.308.013,03	46.151.496,98	97,56
Provenientes da União	43.229.200,00	46.749.322,83	44.591.826,13	95,38
Provenientes dos Estados	316.000,00	558.690,20	1.559.670,85	279,17
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	43.545.200,00	47.308.013,03	46.151.496,98	97,55

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	149.079.840,00	174.720.000,38	160.416.767,15	10.789.812,84	97,99
Pessoal e Encargos Sociais	89.185.400,00	105.876.715,12	103.183.303,56	44.559,36	97,50
Juros e Encargos da Dívida	820.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	59.074.440,00	68.843.285,26	57.233.463,59	10.745.253,48	98,74

DESPESAS DE CAPITAL	7.897.500,00	4.333.208,10	2.430.464,37	39.303,11	57,00
Investimentos	4.617.500,00	2.653.208,10	767.457,15	39.303,11	30,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	3.280.000,00	1.680.000,00	1.663.007,22	0,00	98,99
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	156.977.340,00	179.053.208,48		173.676.347,47	97,00

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		964.103,49	0,00	0,56	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		47.544.198,65	2.495.344,78	28,81	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		46.813.763,21	2.304.757,99	28,28	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A		730.435,44	190.586,79	0,53	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		2.134.860,26	3.433,73	1,23	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	8.330.337,44		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		61.472.278,35	35,39	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g))-V(h+i)]			""	0,00	""	N/A

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB X	26,74
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIB)/100)]6	49.281.014,70
---	---------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	32.370.000,00	41.541.688,84	39.550.072,50	816.442,87	23,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	82.059.780,00	100.884.283,50	95.484.602,76	5.244.036,02	58,00
Suporte Profilático e Terapêutico	6.859.100,00	6.171.663,32	4.689.365,14	563.466,78	3,02
Vigilância Sanitária	2.008.600,00	2.505.600,00	2.315.538,34	56.534,64	1,37
Vigilância Epidemiológica	5.394.100,00	6.837.618,07	5.926.791,50	583.522,36	3,75
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	28.285.760,00	21.112.354,75	14.880.861,28	3.565.113,28	10,62
TOTAL	156.977.340,00	179.053.208,48		173.676.347,47	100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

De acordo com o percentual de receitas próprias aplicadas à saúde, e da LC141/2012, atingiu o valor de 26,75% em 2016, nos anos anteriores, as receitas de impostos e transferências constitucionais destinada à saúde apresentou os seguintes percentuais:

- 2011 - 18,13%;
- 2012 - 20,93%;
- 2013 - 22,84%;
- 2014 - 25,32%;
- 2015 - 24,88%;
- 2016 - 26,75%.

Acompanhando o repasse municipal o crescimento financeiro ficou da seguinte maneira:

- 2014 - R\$ 94.911.614,84;
- 2015 - R\$ 96.440.869,58;
- 2016 - R\$ 109.601.355,00.

A despesa per capita em saúde em 2016 foi de R\$ 857,25, onde ficou evidenciado um aumento de 05,03%, pois no ano de 2015 o valor da despesa foi de R\$ 816,20.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Não

Ente Federado:

RIO CLARO

Demandante:

Órgão responsável pela auditoria:

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

Finalidade da auditoria:

Status da auditoria:

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Encaminhamentos

11. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O RAG - Relatório Anual de Gestão é uma ferramenta de suma importância para a eficácia e qualidade do atendimento da saúde municipal seja alcançada, e ainda faz a comprovação por meio dos indicadores do Plano Anual de Saúde - PAS, se o objeto final foi alcançado, de acordo com os valores financeiros e as produtividades nos setores envolvidos na saúde municipal, fomentando o planejamento municipal para alcançar o objetivo de ofertarmos uma saúde pública aos usuários de qualidade, humanização, organização e acima de tudo respeitando sempre as portarias vigentes.

Sobre o Formulário dos Indicadores Financeiros, após contato com o SIOPS, fomos orientados à realizar contato com o número telefônico do Ministério da Saúde 136, nas opções 8 e 9, onde foi gerado o protocolo de N° 1927402, na data de 23/03/2017, às 08:13 horas. Fomos informados que o sistema está com essa dificuldade de integração e que o DATASUS está ciente e atuando para uma breve solução, fomos orientados também que como solução paliativa, deveríamos realizar um relatório a parte, consultando a página do SIOPS e anexar nas considerações finais, e assim fizemos.

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

Efetuar a estimativa de recursos financeiros para a implantação e realização dos programas mediante ao levantamento dos recursos para a execução específica;

Realizar as diretrizes das Redes das Linhas de Cuidados de forma equânime e organizada em todos os níveis de saúde;

Qualificar e aprimorar os serviços de saúde, na forma de treinamentos, sensibilizando os colaboradores que Todos Somos o SUS e com isso valorizar os colaboradores da rede como um todo;

Garantir que seja efetivado e ofertado ao usuário um sistema saúde de acordo com a base das diretrizes do SUS - Lei 8.080;

Realizar, atualizar e efetivar os Protocolos Operacionais Padrão em todas as unidades de saúde pública municipal, a fim de alcançarmos um serviço organizado e estruturado;

Fortalecer a Rede de Atenção Básica de forma integral, visto que é a base estrutural do SUS, realizando a estruturação com educação em saúde e acompanhamento dos gráficos de produtividade física local, comparando com o índice de produtividade MAC - Média e Alta Complexidade, onde é claro que quando uma rede básica de saúde é acessível o índice de complicações em saúde é minimizado, visto que a diretriz do SUS é de prevenção à doenças e agravos de saúde;

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
plano municipal de saude 2014 2017.pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
PAS 2016.pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
PAS 2017.docx	Programação Anual de Saúde do período 2014
SIOPS - Consulta de Indicadores de Municípios.pdf	Demonstrativo de Indicador Financeiro

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em			
Enviado para Câmara de Vereadores em			

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	24/04/2017 15:50:16
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	24/04/2017 15:50:16
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	08/05/2017 12:29:44
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	O Conselho Municipal de Saúde de Rio Claro, recebeu o Relatório Anual de Gestão, o qual foi apresentado em reunião extraordinária realizada em 29 de Março. O arquivo foi encaminhado aos conselheiros para apreciação do mesmo. Considerando o prazo, o mesmo foi pauta deste Conselho, na reunião de 18 de Abril de 2017 e SEM NENHUMA ressalva, foi APROVADO por unanimidade. Sendo assim, o Conselho fez uma Resolução, a qual foi publicada no Diário Oficial do município e segue em anexo.
Status da Apreciação	Aprovado
Resolução da Apreciação	005 Data 19/04/2017

RIO CLARO - SP, ____ de _____ de ____.